



PARLAMENTO EUROPEU

2009 - 2014

Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais

2012/2098(INI)

25.10.2012

PROJETO DE PARECER

da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais

dirigido à Comissão dos Assuntos Jurídicos

sobre a responsabilidade social das empresas: comportamento responsável e transparente das empresas e crescimento sustentável
(2012/2098(INI))

Relator de parecer(*): Richard Howitt

(*) Processo de comissões associadas – Artigo 50.º do Regimento

PA_NonLeg

SUGESTÕES

A Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais insta a Comissão dos Assuntos Jurídicos, competente quanto à matéria de fundo, a incorporar as seguintes sugestões na proposta de resolução que aprovar:

1. Saúda a intenção da Comissão de realizar inquéritos Eurobarómetro sobre a confiança nas empresas; defende que a responsabilidade social das empresas (RSE) pode contribuir plenamente para restaurar a confiança perdida, aspeto absolutamente necessário para a recuperação económica;
2. Salaria que a co-regulação e a auto-regulação não podem substituir uma regulação adequada em todas as áreas abrangidas pela RSE, mas considera que podem apoiar as atuais iniciativas privadas e voluntárias no domínio da RSE, definindo princípios mínimos para garantir a coerência, a relevância, o contributo de múltiplos intervenientes e a transparência;
3. Acolhe com agrado a intenção da Comissão de lançar uma "comunidade de prática" sobre RSE; considera que esta comunidade deve ser complementar a um código de boas práticas relativas à co-regulação e à auto-regulação, permitindo a todas as partes interessadas a participação num processo de aprendizagem coletivo, a fim de melhorar a eficiência e a responsabilização das iniciativas de RSE de múltiplos intervenientes;
4. Apoia plenamente a intenção da Comissão de apresentar uma proposta legislativa relativa à "divulgação de informações não financeiras" pelas empresas; adverte para o facto de que a utilização do termo "não financeiras" não deve dissimular as verdadeiras consequências financeiras para as empresas dos impactos a nível social, ambiental e sobre os direitos humanos; apela à formulação de uma proposta ambiciosa que coloque a UE no centro das numerosas iniciativas internacionais atuais relativas à informação obrigatória sobre a sustentabilidade empresarial e que esteja totalmente em consonância com o objetivo de tornar os relatórios integrados, como desenvolvidos atualmente pelo Comité Internacional de Informação Integrada, na norma mundial até ao final da década;
5. Condena a corrupção e a evasão fiscal das empresas; exorta a Comissão a colocar uma nova ênfase sobre estes temas no debate sobre a RSE, no âmbito da "boa governação";
6. Salaria que só se poderá estabelecer um vínculo entre boa responsabilidade empresarial e boa governação empresarial se a RSE for integrada sistematicamente nas empresas, na elaboração das suas estratégias financeiras quotidianas; considera que a Comissão deve explorar a possibilidade de assegurar que a estratégia de RSE seja acordada a nível dos conselhos de administração.